



A GÊNESE DA CRIAÇÃO: UMA ANÁLISE DA ACEITAÇÃO E DO ESTRANHAMENTO DO BINARISMO

THE GENESIS OF CREATION: AN ANALYSIS OF THE ACCEPTANCE AND STRANGENESS OF BINARISM

*Catarine Louize Alves Conceição

Recebido em: 07/02/2021

Aceito em: 16/05/2021

Resumo

O presente trabalho tem como proposta a discussão de conceitos sobre performatividade de gênero sob a perspectiva de religiões monoteístas de matriz europeia ocidental judaico cristã. Elaborado a partir das pesquisas bibliográficas e empíricas para a conceituação e construção da discussão do tema, com a junção das leituras de investigação, este artigo intenta apresentar, com conceitos chaves dos estudos sobre gênero e identidade, questionamentos sobre a normatividade da identidade e suas performances. Após a leitura, conclui-se que a identificação do sujeito pode ser limitada perante a rejeição de narrativas identitárias.

PALAVRAS-CHAVES: Gênero; Corpos; Performatividade; Religiosidade.

Abstract

The present work proposes the discussion of concepts about gender performativity from the perspective of monotheistic religions of Western European Judaeo-Christian matrix. Elaborated from bibliographic and empirical research for the conceptualization and construction of the discussion of the theme, with the junction of research readings, this article intends to present, with key concepts of gender and identity studies, questions about the normativity of identity and its performances. After reading, it is concluded that the subject's identification can be limited in the face of the rejection of identity narratives.

KEY WORDS: Gender; Bodies; Performativity; Religiosity.

1 Introdução

O presente trabalho tem como proposta a discussão sobre performances de corpos, em especial, corpos não livres da estrutura social reguladora e do discurso de defesa e de deslegitimação de movimentos mais socialmente liberais. A performatividade traduz a representação de

algo ou alguém através da linguística e, ou da ação, como o gênero, que é a estilização repetida do corpo, (BUTLER, 2003), contudo, quando certo objeto é performado se cria outra concepção de tradução da ação, como um revés, haja vista que a representação é tida como diferente, da fala



(linguística) e da atuação de determinado papel social. A partir desta separação de conceitos conseguiremos ter mais clareza quanto à questão performativa de gênero.

A classificação binária do gênero, masculino e feminino, está presente na sociedade desde a compreensão do mundo moderno e uma das interpretações — talvez a mais forte delas — para tal diferenciação binária é a doutrinação teológica, a qual remonta a criação do mundo e indica um pressuposto de disparidade e submissão entre o homem e a mulher, visto que a criação da mulher foi a partir do corpo do homem, e ele, no que lhe concerne, é o ser que dispõe da força, da independência e do poder de liderança. As ideias religiosas, em especial, religiões monoteístas Judaico Cristã europeias ocidentais, tendem a ser mais resistentes, dentro de seus preceitos conservadores as discussões sobre gênero e sexualidade, pois, existem embates entre a proposta e a própria teologia, logo, substancialmente haverá uma dificuldade de diálogo entre assuntos religiosos e correntes mais socialmente liberais.

Uma das ideias que circunscrevem a quebra desse paradigma religioso foram os movimentos feministas LGBTQI+, os quais ao longo do histórico patriarcal as colocam como figuras inferiores e subservientes aos mandos e desmandos da supremacia masculina, reivindicam a liberdade e reconhecimento de corpos e pessoas que precisavam ser concedidas imediatamente a essa população. Esses movimentos trouxeram a discussão (e prática) de lutas por igualdade de direitos e a discussão por uma desconstrução do comportamento teleguiado por configurações sobre masculino e feminino, são performances de corpos mais livre, uma manifestação sobre suas existências e a legalidades de ser LGBTQI+.

Comportamentos que são socialmente preestabelecidos requerem a padronização de seus atos e qualquer atitude ou linguagem diferente do padrão é tido como desestabilizadora da ordem natural das coisas. Esta ordem natural está ligada às estruturas sociais nas quais se impõe características de interação social com aquela estipulada pela própria sociedade, ou seja, comportamentos heteronormativos e com definições de papéis de gênero definidos são tradicionalmente bem aceitos.

A da história do criacionismo oriunda do cristianismo está presente na Bíblia onde tem sua fonte contada na íntegra, Deus criou os céus e a Terra e para desfrutar da criação, Deus criou o homem vindo do barro e com um sopro lhe deu vida, o homem pediu a Deus uma mulher como companheira e Deus criou a mulher com uma costela do homem e lhe deu vida. A romantização tem como efeito a estigmatização de indivíduos que não seguem o padrão normativo e se distanciam do conceito religioso de ‘Adão e Eva’ (personagens bíblicos).

A existência de indivíduos que não compartilham dos mesmos valores tem seus direitos cerceados, deixando esses grupos mais deslocados na sociedade. Essa falsa sensação que é atribuída para a normalidade do comportamento é característica da ordem teológica sobre a criação das espécies e que, conseqüentemente, esses comportamentos são impostos por Deus, uma vez que foi Deus que criou todas as criaturas e os deu funções específicas para se viver em paz, portanto, não há outra função a não ser a descrita na Sagrada Palavra. As religiões cristãs se baseiam no livro da Bíblia para determinar o que é certo ou errado; o aceitável e o estranho.

Notoriamente, o comportamento conservador



que é contra movimentos de igualdade de direitos, como os citados acima, sofre influência sobre alguns dogmas religiosos, tais quais os de matrizes ocidentais europeias. Esse conservadorismo é a correnteza contrária ao movimento libertário e que, na prática, são grupos que se sentem ameaçados pelo diferente, mas principalmente com medo de perder as posições privilegiadas no sistema harmonizado entre o patriarcado e a heteronormatividade compulsória que se impõe à todas e todos.

2 Comportamento e gênero normativo

No livro “Inventando o Sexo”, Thomas Laqueur, se baseia nas evidências históricas para relatar diferenças de sexo e de gênero, se baseando que não há estudos de sexo sem considerar que não haja uma pretensão sobre a discussão acerca do binarismo. Ele explica que a base do conhecimento científico nem sempre foram bases concretas de conhecimento e que ao longo da mudança histórica científica, ao se analisar sexo, essa mudança se dá pela epistemologia e também pelo fator político. Essa nova análise acarretou uma série de distinções enraizadas no que se refere ao corpo da mulher e ao corpo do homem em que atribuíam características físicas, psíquicas e emocionais a qualidades de cunho natural. Essas características, de ambos os sexos, são infundadas e vazias, todavia, a classificação postulada ao gênero feminino se garante pelo seu oposto, o homem é o sexo padrão da análise, tudo que for desigual a ele sofre com estigmas derivados do ser diferente de homem. O binarismo é situacional, explicável a partir de um contexto de luta sobre gênero e poder (Laqueur, 2001).

Corpos performados são enquadramentos de tal posição social, ou seja, seu comportamento diário representa, necessariamente, algum gênero ou uma imagem de um gênero para o mundo normativo, contudo, gênero performativo ou corpos performativos produzem diversas consequências nos hábitos dos indivíduos: a maneira que agimos perante a sociedade é um feito que corrobora a impressão de sermos homens ou mulheres, o modo de agir dos nossos corpos são determinantes para a construção do que é ser homem e mulher. Esse conceito genérico sobre gênero é apresentado para uma realidade interna, em outras palavras, como se o comportamento proposto àquele gênero fosse uma verdade inerente a partir do nascimento. Não obstante, essa idealização do que é ser homem ou ser mulher é um evento que se repete de forma perdurável, mas que é culturalmente formado; é uma construção social e não uma característica de nascimento do indivíduo (Butler, 2003). Ainda, neste sentido, Mead (1935) escreveu sobre o comportamento dos gêneros e os papéis empregados a cada um deles, abordando as diferenciações de comportamento de homens e mulheres nas tribos da Nova Guiné e confirmando que as características biológicas não devem ser interpretadas de modo que esses indivíduos sejam classificados e enquadrados dentro de padrões e papéis sociais de gênero. Pensar em relações de gênero significa desvendar os mecanismos sociais que constroem essas desigualdades.

Performance é um conjunto de signos que nos encaixam em determinadas categorias de classificações, não há como falarmos de performances sem falar de gênero, que segundo Butler (2003), é uma construção social vinculada a práticas sociais e como cada pessoa atua



no mundo a partir de desejo de reconhecimento social. A performance de papéis de gênero é conhecida pelo que é ser homem e o que é ser mulher, conjugando o que seria, no imaginário de senso comum, uma estrutura corpórea de homem e de mulher, mais precisamente a genitália desse sujeito. O indivíduo incorpora uma concepção de masculinidade ou de feminilidade assim que nasce, e essa concepção passa pelo binarismo, o qual não consegue se desvincular dele, mantendo o gênero na sua estrutura binária. Portanto, essa barreira impossibilita visualizar outro contexto senão o genérico binarismo.

Percebemos que o gênero não é uma naturalização do nascimento, não existe nascer-se de tal gênero, pois, como ora referenciado, gênero é socialmente construído, sendo a performatividade guiada para uma autorrepresentação e não para uma identidade designada ao nascer. Sob uma perspectiva da performance, o lugar em que o sujeito se encaixa no sistema social está associado ao binarismo de maneira impositiva. A performatividade se enquadra neste sistema limitador de gênero, até a visão para cada pessoa é moldada para enxergar uma homogeneidade do gênero, ditada pelo binarismo, ou seja, uma certeza de que existem os corpos masculinos de homens e corpos femininos de mulheres, e a obviedade dessa frase nos permite ratificar que nosso olhar é construído socialmente, uma vez que é automaticamente associado à masculinidade como sendo pertencente aos homens, tanto quanto a feminilidade pertencente às mulheres, sendo mais uma das facetas do binarismo. Desta forma, o agente do corpo, independentemente de ser o homem e/ou a mulher, servem como objeto passivo que registram o ethos cultural de tal ambiente.

O meio social molda o jeito de pensar, de agir, de enxergar e de nos reconhecermos, o ethos que nos faz nos comportarmos em lugares públicos[1] é transpassado pelo que é entendido como gênero, afinal existe uma cultura que nos indica que a heteronormatividade, tal que homens e mulheres coexistindo e se relacionando, é sistemática e natural. Ora, se cada ethos é moldado de acordo com cada ocasião social, é perceptível que através da perspectiva heteronormativa encontremos um comportamento apropriado e aceitável pelo senso comum que é a estipulação do agir de homens e mulheres dentro de camadas preestabelecidas de seus comportamentos, podendo ser, inclusive, menosprezados por interpretarem outras performatividades do aceitável pelo senso comum. As travestis, por exemplo, são corpos marginalizados e desrespeitados, já que ‘são homens com vestimenta de mulher’, o que não seria aceitável dentro da sociedade tradicional cristã.

3 Herança de uma matriz europeia ocidental

A construção da sociedade ocidental recebeu e recebe uma influência muito forte da Igreja Católica, que nos introduziu um modo de pensar a partir das concepções estritamente cristãs, processo que começou na colonização e perdura até hoje, tiveram povos catequizados para tais pensamentos engendrados dentro da lógica do catolicismo. Qualquer atitude ou pensamento desviante das práticas impostas como únicas corretas pela Igreja poderia ser condenatório, um dos exemplos mais categóricos foi a caça às bruxas na Idade Média, orientado pela Igreja Católica para o genocídio de pessoas desviantes, mais precisamente



as mulheres, que desobedeciam aos costumes arbitrários impositivos.

Embora tenha sido citada diretamente como a influência principalmente a partir da colonização, a fundamentação do argumento que haja imposição de valores morais não é da Igreja Católica, ou qualquer outra. O objetivo não é especificar religiões ou igrejas, mas sim, destacar que existe uma doutrina conservadora na concepção dessas religiões. Não por coincidência, toda essa ordem imposta tem origem na fundamentação do livro de Gênesis, da Bíblia Sagrada, o qual se conta a história da criação do Universo, dos primeiros animais da Terra e a criação do homem, Adão, e a mulher, Eva, para que juntos povoassem a Terra e vivessem segundo as regras de Deus. A partir desta concepção que as pessoas embasam com naturalidade sua aversão a tudo o que for oposto aos preceitos do criacionismo, evidenciando um modelo de vida religioso que o Cristianismo determina, tratando os outsiders deste modelo como pecadores e/ou aberrações mundanas que não serão merecedores da salvação eterna.

A “Sagrada Escritura” é um livro de cunho muito religioso e profundo e que enfrenta as barreiras da temporalidade, por ser o livro de maior relevância entre as religiões de matrizes ocidentais, já é um objeto de enraizamento por quase toda sociedade que foi catequizada. Com isso, a ideia a partir do campo ideológico religioso conduz a pensar que a criação foi fundada por um Deus que criou um homem e após uma mulher para poderem cuidar dos frutos que haviam deixado. Por consequência, as pessoas confundem o povoamento da Terra com o mito de Adão e Eva. Não à toa que essa criação é feita primeiramente com a presença de um homem e após o

pedido dele, Deus tenha criado a Eva, oriunda da costela de Adão: “Esta sim é o osso dos meus ossos e carne da minha carne! Ela será chamada mulher, porque foi tirado do homem!” (Bíblia, pp 16. ss 22) e segundo a própria Bíblia, a responsável pelo pecado e pela expulsão do Paraíso foi a mulher. Essa culpabilização da mulher não é uma prática tão incomum ao decorrer do livro e, inclusive, a ideia do pecado ter partido de Eva traduz a visão de subserviência e algo bem próximo à remissão dos pecados, como também fortalece a necessidade classificatória entre homem e mulher. O binarismo, portanto, está presente na camada mais íntima da estrutura da nossa sociedade, a forte influência dos dogmas religiosos nos encaminha para isso. Ao que parece, não há outra possibilidade sob a égide das amarras cristãs religiosas.

Neste contexto, são cruciais os papéis de gênero e suas estigmatizações a partir de uma matriz religiosa, ora, o papel do homem é ser forte e racional, já o papel da mulher é ser delicada e emotiva, esses papéis são impostos como inerentes a genitália do indivíduo ao nascer, portanto, é a genitália que determina os encaixes na estrutura de papéis sociais. Os indivíduos em seus primeiros momentos de vida internalizam e normatizam a estigmatização que correspondem ao seu sexo, ou seja, com o órgão genital que nasceu. A influência da ideologia Cristã é sobretudo propagadora desta questão emblemática de papéis de gênero, pois, foi concebido por milhares anos (e ainda é) que mulher foi feita para servir ao homem. Neste caso o homem também foi criado para ser servo, todavia, essa subserviência era necessariamente para Deus – outro homem segundo o Cristianismo – e a mulher era oriunda do corpo de Adão e submissa a ele por ser sua esposa.

Essa formalidade nas leis da Igreja, principalmente no ocidente, nos moldou para este engendramento de pensamento limitado e cerceador ao que somos e a como adaptamos o nosso olhar para enxergar o outro e como não é percebido que o gênero é socialmente construído, de modo que não existe tal fórmula sobre os papéis sociais de homens e mulheres e que a construção dos fazeres e obrigações sociais não devem ser pautadas diretamente na questão do sexo daquele indivíduo. Essa diferenciação das performatividades traz uma dependência de relações, tornando os indivíduos submissos a seus próprios desejos, a designação de obrigações de cada sexo permite que haja, inclusive, uma falta de reconhecimento sobre sua própria identidade. Limita a todos na forma de pensar, agir e se relacionar com os demais.

4 Performance e meio social

Margareth Mead (1935) em sua pesquisa de campo nas tribos da Nova Guiné observou três casos de sociabilidade entre os nativos. A primeira tribo era os Arapesh, povos gentis, cordiais e sem conflito, as obrigações eram divididas entre homens e mulheres de forma igualitária. Embora houvesse diferença nas suas rotinas, elas eram realizadas em prol da mesma motivação. Os Mundugumor são povos mais agressivos, são violentos na sua forma de convivência, sempre havia conflito entre homens e mulheres, e uma herança de uma superioridade masculina. Já na tribo dos Tchambuli o clima também é harmonioso, mas há uma diferenciação dos papéis na tribo. Os homens são guiados para a arte e fazeres de cerimônia, enquanto as mulheres detêm a posição de poder, sendo elas as responsáveis pela caça e assessoram na produção

de riqueza da tribo. Mead verificou o temperamento entre os sexos e concluiu que não existe um temperamento específico de um gênero, o comportamento está muito mais ligado às condições de inspirações culturais do que qualquer outra coisa que falsamente pode ser confundida com a genética de cada indivíduo.

A supervalorização do gênero é atravessada por questões de desigualdade social e da misoginia, quando analisamos a sociedade do ocidente ora catequizada em sua colonização, conseguimos perceber com mais propriedade este conflito. Afinal categorizar comportamento de acordo com o sexo é corroborar para a manutenção dessa disparidade, gênero é também um elemento crucial para a estratificação social e desenvolvimento social. A performance, como já mencionada, é atribuída a esses atravessamentos sociais como forma de expressividade da identidade do Eu. Há, portanto, uma necessidade de se encaixar nos padrões de gênero, performando a partir de seu corpo, da sua fala, hábitos sociais que são características de um determinado gênero, seja ele masculino ou feminino, os papéis desses gêneros foram estigmatizados e são perpetuados ao encaramos tais conjunturas e não refletirmos sobre o que é ser homem e ser mulher, a reprodução do estigma e da desigualdade está fincado na nossa cultura.

O binarismo faz com que pensemos sobre categorias, funções e comportamentos que se encaixam em normas de passibilidade de características comuns do que é aparentar ser homem e mulher, com isso, relacionaremos o binarismo ao normativismo. O gênero e a sexualidade são normativos, isto significa dizer que há uma ordenação sobre o que ser e o que desejar,



atribuindo uma singularidade do ethos que se carrega. Essa naturalização do ser, o do querer é atribuída (também) a imposição religiosa dentro da nossa sociedade, haja vista, por exemplo, que a homossexualidade é condenada pelos preceitos do Cristianismo, legitimando ações de grupos mais radicais. Concomitante a este fato, o país mais Católico do mundo[2] o país que mais mata[3], agride e discrimina LGBTQI+ no Planeta, o Brasil está no ranking de país mais violento do mundo para pessoas LGBTQI+, sendo aprovado uma medida punitiva[4] específica para este crime só no ano de 2019, esses dados refletem como a falta de conhecimento e o desfalque em políticas públicas corroboram para engendramento do pensamento religioso. Um exemplo trágico ocorreu no Estado de São Paulo, um homem arrancou o coração de uma travesti alegando que ela “era o demônio e precisava ser exorcizada[5].

Embora identidade e sexualidade não sejam a mesma coisa, são assuntos que se atravessam, a heteronormatividade nada mais é do que a reprodução dessa restrição dos desejos, a esta servidão aos comportamentos previamente estabelecidos e vontades cerceadas, domesticando toda uma população e moldando sua cultura. O corpo exibe para fora signos culturais, como a construção do binarismo. O gênero bipartido representa uma ferramenta para as relações de poder, tal qual a condição natural do indivíduo heterossexual e sua interpretação do estético padrão de comportamento social aceito com maior facilidade. No qual o gênero masculino e a heterossexualidade são possuidores de poder, os desiguais, subalternizados.

A influência das instituições religiosas justifica esse posicionamento que nunca foi de aceitar o diferente,

inclusive, este outsider do Cristianismo só se torna excluído e incorreto quando é confrontado com as leis da Igreja, portanto, não são as interações do meio social que fazem este indivíduo categoricamente deslocado, mas sim as normas de conduta social que a Igreja impõe a toda uma sociedade, afinal o desvio é sempre relativo a um ponto central de dominação (Becker, 2008). A influência da Igreja é tamanha que ordena e manipula espaços de ordem social mesmo que esses sejam, por lei, democráticos e assegurados a todos e todas, embora haja hábitos mais liberais de pessoas LGBTQI+ que são aceitáveis em ambientes de exclusividade da comunidade. Segundo Judith Butler (2003) o gênero é complexo, mas sobretudo é categorizado de modo a se encaixar nos padrões de normatividade de acordo com a sociedade que o indivíduo está inserido, inclusive, o gênero pode ser alterado dependendo da cultura. Butler afirma que:

O gênero é uma complexidade cuja totalidade é permanentemente protelada, jamais plenamente exibida em qualquer conjuntura considerada. Uma coalizão aberta, portanto, afirmaria identidades alternativamente instituídas e abandonadas, segundo as propostas em curso; tratar-se-á de uma assembleia que permita múltiplas convergências e divergências, sem obediência a um telos normativo e definidor. (BUTLER, 2003, p. 37).

Uma sociedade que tenha como base uma colonização violenta e catequizadora sempre irá agir de acordo com que foi instruído antes, instrução que servia com a intenção em fortalecer uma supremacia da classe dominante. Importante ressaltar que não há nenhum processo de colonização que seja bom ou decente, pois, normalmente ocorre o extermínio, exploração dos nativos e a violação de culturas e costumes. Uma das nuances



do binarismo é a heterossexualidade compulsória e a heteronormatividade, que são conceitos que permitem pensar em padrão (único) de gênero e de sexualidade que é legitimada a partir do argumento de que há uma ordem natural, biológica, na qual os homens e mulheres se atraem e que órgão genital é definidor de gênero, não à toa que o exemplo mais emblemático é de Adão e Eva, eram diferentes entre si, mas é o estado natural de ambos. A filósofa Judith Butler (2003) vai abordar em sua obra um ponto que seja de desvio dessa normatização, não há normalidade quando se trata de desejos e de subjetividade individual.

A teoria queer é a busca pelo distanciamento dessa normalidade, é a desconstrução de uma universalidade do indivíduo binário que é encaminhado por lógicas normativas e consequentemente excludentes, pois, o gênero não é natural, mas pode ser considerado nos casos em que ele se cristianiza. Butler (2003) afirma que gênero não é de ordem natural, portanto, não há relação entre o gênero e o corpo que a pessoa nasceu. A performatividade nos permite pensar numa ideia que atravesse o binário, veja, não é sobre liberdade, pois, a liberdade é moldada com cada perspectiva e demanda de cada grupo, mas a heteronormatividade é limitadora em todos os seus sentidos, logo, a performance é um começo para se investigar outras realidades – livres – e não limitadoras quanto a nossa, é um processo de descoberta e de possibilidades, se perceber como sujeito único e expressar-se em conformidade de como se queira ser enxergado pela sociedade, e não no oposto. Todos os indivíduos são sujeitos cujos atos são repetidos e previamente esperados pela sociedade, romper com esse paradigma e adentrar na lógica da teoria queer,

nos permite nomear as performances coletivas como linguagem de autorreconhecimento e de liberdade, pois, assim não haveria mais a necessidade de classificação binária, inclusive, nem do gênero. Afinal, gênero é mais uma representação de relação de dominação da sociedade do que ser de fato algo existente em sua essência; como se houvesse essência.

Para Berenice Bento (2006), a importância de pessoas transexuais na sociedade é uma chave de acesso para a construção de um mundo menos desigual, mais livre e menos repartido em expectativas de gênero a partir da genitália. Em “A reinvenção do corpo”. ela explicita de maneira bem clara esta questão:

O que diferencia os transexuais e dos drag kings é que estes não reivindicam uma identidade de gênero, mas a legitimidade dos trânsitos, inclusive corporais, entre os gêneros (...) O corpo é utilizado como manifesto, como um locus de produção contradiscursos, de reinscrições à ordem de gênero. (BENTO, 2006, p. 85).

A transexualidade é uma ruptura da heteronormatização, embora pessoas trans[6] performem signos do binarismo, são pessoas outsiders dos seus meios sociais que transpassam a ideia naturalista do ser homem e mulher e que não é a genitália que as faz serem daquele gênero. O senso comum nos leva a um lugar de fala muito perigoso para referenciar essas pessoas, não é difícil ter ouvido falar (ou até reproduzido) que pessoas transexuais são homens ou mulheres que nasceram no corpo errado, neste caso o corpo errado é referente a genitália da pessoa: nasceu com pênis, mas é mulher / nasceu com vagina, mas é homem. O que nos torna homens e mulheres é o mesmo que nos torna indivíduos em sociedade, são construções



de sentidos e significados ao longo da experiência de vida, somos receptores e fornecedores de camadas profundas de influências sociais. Tornar-nos mulheres e homens ainda é classificatório porque vivemos em uma sociedade binária e patriarcal, mas não é justo que expectativas sociais que são aplicadas ao indivíduo, ao nascer, sejam definidores de personalidade identitária e de sexualidade de cada um; o molde social é imposto a todos de maneira violenta e restritiva.

5 Desigualdade é um poder social

Após a conceitualização e a análise ora feita, percebemos que falar em relações de gênero é falar em relações de poder, as quais são caracterizadas por uma hierarquia da classe dominante, e se têm poder para criar hierarquia, então detêm de violência simbólica. A nossa catequização é um campo de produção de violências simbólicas, ou seja, a sistematização e a domesticidade em que os preceitos religiosos controlam nossos modos operandi formam uma estrutura de pensamento enraizada e enviesada somente para uma determinada forma de agir e de ser. O poder simbólico é oculto[7] e exercido por aqueles que têm dominação de algum viés na sociedade, neste caso falaremos da dominação da Igreja enquanto instituição religiosa que colonizou os povos da América. Por ser oculta, a percepção deste poder é dificultada, principalmente dentro da esfera do senso comum e por ser parte integrante da vida social, à vista disso, as condições sociais são produção e reprodução das formas simbólicas de violência (Bourdieu, 1989).

As relações de poder fazem parte de uma estrutura bem mais complexa do que as convencionais, como, o

Estado ou a polícia. O poder está nas micro relações que indivíduos têm em sociedade, não sendo possível uma separação ou distanciamento do poder, ele é um exercício da vivência coletiva e de ordem desequilibradora (Foucault, 1984). A classificação dos gêneros, a heteronormatividade e o machismo são ações em que o poder é estabelecido não necessariamente para confrontos ou brigas. Contudo, são instrumentos que viabilizam desvantagens dos grupos desfavorecidos, sejam as mulheres, a comunidade LGBTQI+, ou também classificações de raça e classe social, tais grupos são frequentemente subjugados por serem diferentes – diferentes do padrão estabelecido. A dominação dos comportamentos padronizados pela heteronormatividade é parte do poder produtivo que foi construído ao longo da história, pertencendo à constituição da realidade dos fatos.

Sistemas simbólicos exercem poder estruturante na sociedade, com isto, pensar em Igreja é pensar em como esse poder institucional é tão fortemente reproduzido nos tempos atuais. Weber (1999) explica este fato com a legitimação de um poder tradicional que existe desde sempre, fomos acostumados a naturalizar as leis da Igreja como fidedignas no contexto histórico – social. Logo, esse poder estruturante da Igreja é uma construção da realidade, uma concepção análoga com os preceitos religiosos. O poder é real e legitimado, e permite que as leis religiosas se tornem função política, cujo interesse é a dominação de uma classe sobre a outra. Essa domesticação que o Cristianismo tem sobre os dominados é o monopólio da violência simbólica legítima e parte do que a classificação do gênero é mais política do que biológica (ou divina).

Falar sobre teoria queer é confrontar a sistematização



da violência, isto significa dizer que este confronto é direcionado aos pensamentos conservadores tradicionais e, mais do que isso, a cada indivíduo que faz parte da reprodução dessa violência. Essa violência estruturalizada se torna irreconhecível, pois, se uma violência é fixada e faz parte de uma estrutura social quer dizer que este espaço é de produção e reprodução sistemática da violência. Uma violência que não é física, mas é sobre a comunicação e propagação de alguma corrente de pensamento, por isso é tão difícil de reconhecê-la, não parte de um ato agressivo exclusivamente, são correntes de sistemas simbólicos que fazem parte de uma estrutura estruturante (Bourdieu, 1989).

6 Conclusão

Portanto, é defendido que o binarismo é uma condicionante, pois, pertence à estrutura estruturante da sociedade e embora seja difícil de questioná-lo, foi possível encontrar caminhos e hipóteses para sua criação e perpetuação. O importante é destacarmos sua relevância não como ponto final de um problema, mas sim tendo ele como um ponto de partida para pensarmos uma sociedade com menos amarras colonizadoras e mais libertárias, aspirando relações com menos expectativas do que é ser homem e mulher; com mais liberdade para se permitir ser, construir e se refazer enquanto agente social com consciência de classe e com mais pensamentos críticos.

É importante que se traga discussões acerca das identidades de gênero e suas implicações na sociedade para haver mudança aparente no comportamento e na fala que se reproduzem de ordem preconceituosa e violenta. Tal mudança é urgente e difícil, já que o ambiente é de imposição da heteronormatividade por legado

culturalmente religioso, mesmo considerando mudanças efetivas na sociedade e aliados nas causas LGBTQI+, lutas no campo ético contra a subordinação e submissão, são importantes para que vozes sejam concedidas para se ter possibilidades de singularidades de pessoas.

O binarismo gera, em certa medida, desigualdade e estigmas, ao passo que analisamos características diferentes do masculino e feminino, nos aprofundamos na estrutura desses gêneros, permitindo debates e quebra de paradigmas. A modificação desse modelo de sociedade é uma luta constante, e a propagação do conhecimento e desmistificação dos conceitos vinculados a gênero e sexualidade são ferramentas para desconstruir uma sociedade pautada na compulsividade do binarismo. Reconsiderar as estruturas é pensar em mudar as relações de poder que está presente na sociedade, sendo o caminho para o respeito e representação de todas as diferenças.

Por fim, a teoria queer e o princípio da performatividade vão além da visão que o sujeito tem de si mesmo; vão além de uma questão identitária de pertencimento ou desencaixe, a teoria vem para confrontar a estrutura naturalizadora e classificatória dos gêneros com a intenção de romper com a heteronormatividade e possibilitar uma simetria mais digna e fiel da subjetividade de cada sujeito. A partir disto será possível uma identificação não com algo preestabelecido, mas sim com a própria concepção do que é o ethos, tornando-se possível outras possibilidades de experiências.

7 Notas

*Graduanda em Ciências Sociais na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).
E-mail: catarinalouize@outlook.com

[1] Referência ao livro do Goffman: Comportamentos em Lugares Públicos.

[2] Fonte: <https://www.vaticannews.va/pt/vaticano/news/2018-06/anuario-pontificio-2018-annuarium-statisticum-ecclesiae.html>. Acesso em: 7 jan 2021.

[3] Fonte: <https://tgeu.org/transgender-day-of-visibility-2016-trans-murder-monitoring-update/>. Acesso em: 7 jan 2021.

[4] O Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que a conduta passe a ser punida pela Lei de Racismo (7716/89), que hoje prevê crimes de discriminação ou preconceito por “raça, cor, etnia, religião e procedência nacional”. Disponível em; <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47206924>. Acesso em: 7 jan 2021.

[5] Fonte: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2019/01/21/homem-e-presos-em-campinas-apos-matar-e-guardar-coracao-da-vitima-em-casa.ghtml>.

Acesso em: 07 jan 2021.

[6] Termo guarda-chuva que reúne debaixo de si todas as identidades que fogem do dispositivo binário quebrando os papéis sociais premeditados.

[7] Segundo Bourdieu (1989), o poder simbólico não é visível, ele está presente de forma violenta e ocultada.

8 Referências

BBC NEWS BRASIL. **STF aprova a criminalização da**

homofobia. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47206924>. Acesso em: 7 de jan 2021.

BECKER, Howard S. **Outsiders. Estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BÍBLIA, Antigo Testamento. **Gêneses. In Bíblia. Português. Sagrada Bíblia Católica: Antigo e Novo Testamentos**. Tradução de Ivo Storniolo. São Paulo: Paullus, 1991.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FOUCAUT, Michael. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 4ª ed. 1984.

G1 CAMPINAS E REGIÃO. **HOMEM é preso em Campinas após matar travesti e guardar coração: ‘Era um demônio’**. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2019/01/21/homem-e-presos-em-campinas-apos-matar-e-guardar-coracao-da-vitima-em-casa.ghtml>. Acesso em: 7 de jan 2021.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia. Cap. 5 – Gênero e Sexualidade**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

GOFFMAN, Erving. **Comportamento em lugares públicos**. Petrópolis: Vozes, 2010.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

L'OSSERVATORE ROMANO. **O Anuário Pontifício 2018 e o Annuarium Statisticum Ecclesiae**. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/vaticano/news/2018-06/anuario-pontificio-2018-annuarium-statisticum-ecclesiae.html>. Acesso em: 7 de jan 2021.

MEAD, Margaret. **Sexo e temperamento em três sociedades**



primitivas. São Paulo: Perspectiva, 1935.

**TGEU TRANSGENDER EUROPE. 31st March 2016: Trans Day of
Visibility Press Release Over 2,000 trans people killed in the last 8 years.**

Disponível em: <https://tgeu.org/transgender-day-of-visibility-2016-trans-murder-monitoring-update/>. Acessado em 19 de outubro de 2019.

WEBER, Max. Economia e sociedade. Cap. III - Os tipos de dominação.

Brasília: UNB, 1999.